
OSPEDAGOGICOS
TURMA DAS 06H
SEDF
Equidade e Direitos Humanos na Educação
Com William Dornela

Em uma escola pública do Distrito Federal, a coordenação pedagógica analisa como inserir no planejamento anual o ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha. Uma proposta prevê criar uma disciplina específica, enquanto outra sugere integrar o tema a diferentes componentes curriculares e desenvolver atividades ao longo do ano. A equipe também discute concentrar a abordagem em uma campanha de março e delegar a uma organização da sociedade civil convidada a definição e a condução das ações. A decisão deverá considerar ainda a formação dos profissionais e os objetivos educativos da iniciativa.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições da Lei Distrital nº 6.367/2019, julgue os itens a seguir:

01. A integração do tema a diferentes componentes curriculares é compatível com a previsão de abordagem transversal; por isso, a implementação da lei não depende da criação de uma disciplina autônoma, embora exija que o assunto seja incorporado ao currículo da rede pública.

02. Se a equipe optar por integrar o conteúdo aos componentes curriculares, poderá restringir a formação aos professores diretamente envolvidos, pois a previsão de formação dos profissionais da educação não abrange gestores, orientadores e psicólogos.

03. A escola poderá convidar a organização da sociedade civil mencionada para colaborar na execução das ações, uma vez que ela atua na defesa dos direitos das mulheres e no enfrentamento da violência doméstica; essa colaboração, contudo, não substitui a inclusão curricular do tema nem constitui condição para que a escola o desenvolva.

04. Ao prever a abordagem da necessidade de registro das denúncias e de adoção de medidas protetivas de urgência, a lei atribui à escola competência para receber formalmente essas denúncias e deliberar sobre a concessão das medidas, cabendo à equipe pedagógica definir os procedimentos correspondentes.

Considerando as disposições da Lei nº 4.374/2009, com a redação apresentada, acerca do Dia de Combate à LGBTfobia no Distrito Federal, julgue o item a seguir:

05. A comemoração anual do Dia de Combate à LGBTfobia em 17 de maio independe de sua inclusão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, pois essa providência fica a critério da Administração Pública.

Em uma escola pública do Distrito Federal, a família de uma criança migrante de cinco anos solicita matrícula na educação infantil. Há vaga disponível, mas a criança tem pouco domínio do português e não apresenta documentos escolares do país de origem nem Registro Nacional Migratório. Na reunião de acolhimento, a equipe discute se deve aguardar uma avaliação/classificação antes de efetivar a matrícula e se pode organizar, inicialmente, uma turma separada para o ensino do português.

Com base nessa situação hipotética e nos princípios da Lei Distrital nº 7.395/2024, julgue os itens a seguir:

06. Diante da existência de vaga, a matrícula não pode ser condicionada à apresentação de documentação escolar traduzida, de registro migratório válido ou de comprovante de regularidade da situação migratória; a ausência desses documentos tampouco afasta o dever de facilitar o acesso, considerada a situação de vulnerabilidade da criança.

07. A falta de documentação que comprove a escolarização anterior assegura à criança o direito à avaliação/classificação na língua materna, procedimento que deve anteceder a matrícula na educação infantil e orientar seu enquadramento, em conjunto com a faixa etária e o desenvolvimento.

08. A organização de uma turma separada para a adaptação linguística pode anteceder a inserção da criança em classe comum, pois a vedação à segregação entre estudantes brasileiros e não brasileiros incide sobre a enturmação regular, sem alcançar medidas transitórias de acolhimento.

09. A oferta de português como língua de acolhimento deve considerar o pouco ou nenhum conhecimento do idioma e visar à inserção social; essa medida pedagógica não transforma o domínio do português em requisito documental ou condição prévia para a matrícula.

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) articula esforços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para enfrentar desigualdades étnico-raciais na educação e promover a política educacional voltada à população quilombola. Entre suas diretrizes estão a colaboração federativa, com respeito à autonomia dos entes e reconhecimento do papel indutor, articulador e coordenador do MEC, e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos. Sua implementação envolve eixos como formação de profissionais, produção e distribuição de materiais, protocolos de identificação e resposta ao racismo e afirmação das trajetórias quilombolas. A política é ofertada a todas as redes, com ações focalizadas para apoiar aquelas que mais precisam avançar na redução das desigualdades étnico-raciais.

Com base nas ideias do texto, julgue os itens a seguir:

10. A associação, na PNEERQ, entre educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola indica que a política se destina à promoção da modalidade quilombola, cabendo às demais redes e etapas educacionais aderir às ações conforme seu interesse.

11. No desenho da PNEERQ, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira constitui diretriz, enquanto formação profissional e protocolos de resposta ao racismo figuram entre os eixos de implementação; essas dimensões se articulam, sem que os eixos substituam as diretrizes.

12. A previsão de ações focalizadas para redes com maior necessidade de avançar na redução das desigualdades permite concluir que a oferta da PNEERQ se restringe a essas redes, não alcançando aquelas que não sejam priorizadas.


OSPEDAGOGICOS
TURMA DAS 06H
SEDF
OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos